



UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACE – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ECONOMIA
CCA – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DISCENTE: SUSIANE MARQUES COSTA

A Exploração do pré-sal e o Futuro Brasileiro

Brasília, 2014

A Exploração do pré-sal e o Futuro Brasileiro

Monografia de conclusão de curso de
graduação em Ciências Contábeis na
Universidade de Brasília.

Orientador Profº Doutor Carlos Alberto
Ferreira Lima.

Brasília, 2014

RESUMO

Estamos vivendo a era do petróleo. Ele (e seus derivados) é componente de fundamental importância tornando possível nosso modo de vida. Apesar de ser conhecido desde o início da civilização, não sendo descoberta recente, o petróleo, também conhecido como ouro negro, passou a ocupar posição decisiva e com mais destaque num cenário mundial cada vez mais dependente de energia e essa energia é atualmente quase completamente captada dos hidrocarbonetos. Dessa forma o petróleo passou a estar no centro da disputa por poder, ele tem abastecido guerras por supremacia de poder política e econômica. Por isso e diante da pressão popular o governo brasileiro cria em 1953 a Petrobras com a missão de explorar as terras tupiniquins a fim de encontrar petróleo. A evolução do Brasil em relação a ele está intimamente ligada à excelência da Petrobras na exploração e produção em águas profundas. Com pesquisas e exploração usando tecnologia avançada, a Petrobras, em 2006 após perfuração de 6000 metros de profundidade, descobriu um reservatório petrolífero na costa brasileira que mudou a importância do Brasil quando o assunto é o petróleo. Assim, o objetivo deste trabalho é trazer maiores informações sobre a importância do petróleo no mundo, sua história e desenvolvimento até se tornar a principal fonte de energia atualmente disponível, com aprofundamento nas descobertas do que mais tarde iria ser denominado Pré-sal, sua questão legal, os leilões realizados, e a gestão dos recursos advindos dessa exploração. Essa descoberta colocou sobre o Brasil os olhares da comunidade internacional pelo potencial estimado de produção que essas jazidas oferecem. Diante da sua grandeza o pré-sal se mostra um grande desafio nacional para explorar suas riquezas de forma a converter em benefícios econômicos, tecnológicos, científicos e, sobretudo, sociais para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Petróleo. Petrobras. Pré-sal. Leilão de Libra.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA	6
3. PRINCÍPIO E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO MUNDO.	7
4. A QUESTÃO DO BRASIL.	14
4.1 Mas afinal de contas o que é o Pré-sal?	15
4.2 Mudança do marco regulatório	17
4.3 Leilão de Libra.....	20
5. CONCLUSÃO:	29
Apêndice A – Cronologia do setor do petróleo: principais acontecimentos:	34
Apêndice B – Tabelas Estatísticas sobre o Petróleo.....	35
Apêndice C – Comparação Sistemas Regulatórios: Concessão e Partilha.	38

1. INTRODUÇÃO

Por se tratar de um recurso mineral não renovável, e ser a principal fonte de energia do mundo, o petróleo tornou-se um produto estratégico para muitos países, principalmente para aqueles mais desenvolvidos (maiores consumidores).

Pelo fato de dificilmente hoje se encontrar um produto que não contenha petróleo ou seus derivados ou que não tenha em sua cadeia de produção direta ou indiretamente o envolvimento do petróleo pode-se perceber que o mercado mundial está voltado quase que completamente para o consumo de petróleo e seus derivados.

Mesmo não tendo sido descoberto recentemente, ainda hoje somos intensamente submissos a esse mineral e ele está tão incrustado nas nossas atividades diárias que dificilmente nos apercebemos da sua presença em nossas atividades cotidianas. Porém ele pode ser considerado o sangue negro imprescindível à sobrevivência da humanidade de um modo geral, sejam nas pequenas comunidades rurais ou nas megalópoles espalhadas pelo globo terrestre. É o componente fundamental que torna possível nosso modo de vida, nossos alimentos, nosso local de moradia, a maneira como nos locomovemos diariamente, etc.

As atividades relacionadas ao petróleo são das mais rendosas pelas características que o acompanham. Porém sua extração do fundo da terra muitas vezes requer grandes investimentos. Mas com o atual preço do barril de petróleo, os rendimentos são certos. Nesse sentido, foram notórias as graves consequências econômicas e políticas que o mundo sofreu com o abrupto aumento do preço do barril de petróleo na década de 70.

Com pesquisas e exploração usando tecnologia avançada, a Petrobras, em 2006 após perfuração até então inédita feita pela Petrobras de 6.000 metros de profundidade, descobriu um reservatório petrolífero na costa brasileira que mudou a importância do Brasil quando o assunto é o petróleo. Até então o país figurava como coadjuvante no cenário mundial de hidrocarbonetos. Porém com a descoberta do que mais tarde iria ser denominado como Pré-sal, essa situação mudou, colocando sobre o Brasil os olhares da comunidade internacional pelo potencial estimado de produção que essas jazidas oferecem.

Assim, este trabalho teve como objetivo proporcionar maiores informações sobre a importância do petróleo como principal fonte de energia no mundo e seu papel estratégico financeiro e geopolítico para os países que possuem em seu território esse importante componente. Com aprofundamento do caso brasileiro, mais especificamente as descobertas do pré-sal, sua questão legal, os leilões realizados e a gestão dos recursos advindos dessa exploração.

O petróleo encontra-se distribuído pelo mundo de maneira irregular. Assim, nem todos os países possuem a quantidade necessária para suprir sua demanda. Dessa forma tornou-se um produto intrinsicamente imbricado nas estratégias geopolíticas e poder de qualquer nação.

Por isso o tema desse trabalho apresenta importância decisiva para qualquer cidadão diante da mais importante descoberta de jazida petrolífera em território brasileiro e a oportunidade ímpar de usar esse recurso para tornar o País uma potência energética, tecnológica e econômica, bem como a de sanar ou minimizar séculos de dívidas sócias e atender as reivindicações que ecoaram pelas ruas do Brasil no último mês de julho, quando o povo foi para as ruas principalmente pedindo melhores condições de saúde, educação e segurança. Porém sem os olhos atentos da população os lucros advindos do pré-sal continuarão apenas a servir aos senhores do capital financeiro e uma pequena elite acostumada a se enriquecer pela apropriação da riqueza que pertence a toda a nação.

Esta pesquisa está estruturada tratando a primeira parte histórica e evolução do produto no mundo. Na segunda parte é analisado, mais especificamente, o caso brasileiro. Sua história, até a mais importante descoberta da maior jazida de petróleo do país e uma das maiores do mundo em águas profundas, que ficou conhecido como o pré-sal.

2. METODOLOGIA

Técnicas, procedimentos e métodos, são ferramentas que toda pesquisa utiliza para alcançar um fim pretendido.

O presente estudo tem por finalidade proporcionar maiores informações sobre a importância do petróleo como principal fonte de energia no mundo e seu papel estratégico financeiro e geopolítico para os países que possuem em seu território esse importante componente.

Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos” (CERVO e BERVIAN apud BEUREN, 2010). Dessa forma haverá um aprofundamento teórico, tendo como referencial diversos autores que mencionam o petróleo, sua história e características, bem como produções científicas, periódicos com ampla aceitação e legislações relativas a área pesquisada. Devido ao dinamismo do tema há também uma gama de notícias veiculadas na rede mundial de computadores quanto as mudanças político-econômicas, novas decisões e investimentos relacionados ao pré-sal.

Marconi (2001, p. 43) explica que pesquisa bibliográfica

(...) trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita, etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Quanto a abordagem a pesquisa é definida como qualitativa, que, de acordo com, considera Richardson *apud* Beuren (2010), os “estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar procedimentos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Na abordagem qualitativa não pretende-se medir ou numerar nada. Beuren (2010, p. 92) “a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Importante dizer ainda a posição defendida por Beuren (2010, p. 92) que “apesar da contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata, como alguns poderiam pensar, o que justifica um estudo com abordagem qualitativa”.

Assim, o trabalho desenvolvido tem em vista proporcionar maior familiaridade com o tema através do aprofundamento teórico, apresentando aspectos críticos sobre a política adotada para a exploração dos recursos do petróleo brasileiro.

3. PRINCÍPIO E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO MUNDO.

O petróleo é conhecido desde o início da civilização, não sendo, portanto, uma descoberta recente. Era utilizado com fins medicinais, como lubrificante de equipamentos e armas, na forma de betume era usado como argamassa no assentamento de tijolos, em vedações de muros – como nas muralhas de Jericó e da Babilônia – e na pavimentação de estradas; nas guerras, era utilizado em batalhas navais como material inflamável, e no cerco de cidades e fortificações. O nome petróleo foi adotado na Roma Antiga e na Grécia com o significado de óleo de pedra ou óleo de rocha (YERGIN, 1993, p. 8; MORAIS, 2013, p. 31).

Tem sua formação em rochas, chamada de rocha geradora, a partir de restos orgânicos, sobretudo micro-organismos animais, que levou milhões de anos para ser formado. De acordo com Thomas (2001, p. 4-5):

O petróleo é constituído, basicamente, por uma mistura de compostos químicos orgânicos (hidrocarbonetos). Quando a mistura contém uma maior porcentagem de moléculas pequenas seu estado físico é gasoso, e quando a mistura contém moléculas maiores seu estado físico é líquido, nas condições normais de temperatura e pressão. [...] Os óleos obtidos de diferentes reservatórios de petróleo possuem características diferentes. Alguns são pretos, densos, viscosos, liberando pouco ou nenhum gás, enquanto que outros são castanhos ou bastante claros, com baixa viscosidade e densidade, liberando quantidade apreciável de gás.

A partir de 1760 a civilização industrial foi se desenvolvendo na mesma proporção do aumento do consumo do carvão e, depois, do petróleo e do gás natural. Em meados das primeiras décadas do século XX que os hidrocarbonetos derivados do petróleo, impuseram-se como a mais importante das fontes de energia (PORTO, 2006). Desde então, sem fontes alternativas para de forma eficaz substituí-lo, nunca mais perdeu essa posição sendo até hoje a principal fonte de energia do mundo moderno, a base energética da sociedade atual. Corroborar com esse entendimento SAUER (2011, p.15) ao afirmar:

A era do petróleo praticamente se aprofunda de 1910 a 1920, e é hegemônica ainda até agora, como processo de incremento extraordinário da produtividade do trabalho e da circulação de mercadorias, no âmbito industrial, urbano e de circulação. (...) A apropriação do petróleo pelo capitalismo para incrementar a produtividade do trabalho fez a população pular de 1,7 bilhão, em 1990, para 6 bilhões de pessoas, 100 anos depois. Produz-se em escala sem precedentes, circula-se em escala sem precedentes.

Nosso atual padrão de desenvolvimento é extremamente dependente de enormes quantidades de energia. Padrão este que se tornou possível e crescente porque o petróleo, apesar de ser uma fonte não renovável armazena energia de uma forma altamente concentrada, de fácil extração e custos baixos devido a abundância inicial da produção,

“bastando que sejam escavados poços suficientemente profundos para atingir os enormes depósitos de onde, literalmente, jorra dinheiro, um dinheiro barato, líquido e negro, produzido aos milhões de barris e distribuído por todo o mundo” (PORTO, 2006, p. 15).

O petróleo, apelidado como ouro negro por suas características e valoração dos seus vários tipos de uso já foi motivo de grandes guerras, como a guerra Irã-Iraque em 1980, a guerra do Golfo em 1990/1991, e a ação político-militar dos Estados Unidos ao Iraque em 2003. Seu poder tem um preço, como afirma Daniel Yergin (1993, p. 822):

Na guerra e na paz, o petróleo ganharia o poder de construir ou destruir nações e seria decisivo nas grandes batalhas políticas e econômicas do século XX. [...] Por quase um século e meio o petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização. Vem se constituindo em privilégio e em ônus. [...] Ele vem tornando possível nossa vida cotidiana e, literalmente, nosso pão de cada dia, através dos produtos químicos, agrícolas e dos transportes. Ele tem abastecido, ainda, as lutas globais por supremacia política e econômica. Muito sangue tem sido derramado em seu nome. A feroz e, muitas vezes violenta, busca pelo petróleo – e pelas riquezas e poder inerentes a ele – irão continuar com certeza enquanto ele ocupar essa posição central.

Apesar de relatos de descoberta de acumulação de petróleo em outros países como o Canadá em 1858, foi o poço pioneiro em solo americano que, no estado da Pensilvânia em 1859, a indústria do petróleo tomou impulso. Em 1859 a maior empresa petrolífera do mundo era americana, e atendia pelo nome de *Standard Oil Trust* que em determinado momento da sua existência detinha 90% da capacidade de refino do EUA dominando amplamente o mercado mundial nas primeiras décadas do século XX. Acusada de práticas anticoncorrenciais, a Suprema Corte americana, em 1911 ordenou o desmembramento da companhia. Desse desmembramento surgiu um grupo com influência até os dias de hoje, conhecido como *as sete irmãs*¹ (YERGIN, 1993; MORAIS, 2013; PINHO, 2010).

As duas guerras mundiais serviram para fortalecer o petróleo como o produto estratégico decisivo para a guerra e de fundamental importância para o poderio nacional e para o predomínio internacional de quem tivesse seu controle e posse, motivo que levou os Estados Unidos a redefinir a importância do Oriente Médio que no início de 1944 apresentava a soma de reservas comprovadas e prováveis da região – Irã, Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain e Catar – era equivalente a algo em torno de 25 bilhões de barris (YERGIN, 1993).

O interesse norte-americano pelas imensas reservas de petróleo do Golfo Persico evoluiu de um âmbito puramente comercial, nas primeiras décadas do século XX, para um terreno estratégico ligado à afirmação da hegemonia dos EUA após a II Guerra Mundial. (FUSER, 2006, p. 27).

¹ As sete irmãs são: Exxon, Shell (anglo-holandesa), British Petroleum, Gulf, Texaco, Chevron e Mobil.

Neste sentido vale lembrar que os anos que se seguiram à revolução industrial foram de grande crescimento econômico e explosão de negócios. Como esse crescimento foi movido a petróleo, a demanda por este componente aumentou de quase dezenove milhões de barris por dia em 1960 para mais de 44 milhões de barris por dia em 1972. Nesse mesmo período os Estados Unidos tinha esgotado sua capacidade excedente, estabelecendo, portanto, uma *linha divisória na indústria petrolífera nacional* (YERGIN, 1993). Com o constante aumento da demanda, os EUA recorreu ao mercado externo para suprir seu consumo, aumentando as importações de 19 para 36% do consumo interno total de petróleo. Sendo que o aumento de consumo estava sendo suprido em sua maior parte pelas fontes petrolíferas do Golfo Pérsico.

Entre 1960 e 1970, a produção no Oriente Médio (incluindo o norte da África) aumentou cerca de treze milhões de barris por dia. Em outras palavras, dois terços do extraordinário aumento de consumo de petróleo estavam sendo supridos pelos poços do Oriente Médio (YERGIN, 1993, p. 632).

É certo que a existência de petróleo é um sinônimo de riqueza e poder para um país. Conforme afirma YERGIN, (1993 p. 403) ao dizer que “se havia um único recurso que estava traçando a estratégica militar das potências do Eixo, esse recurso era o petróleo. Se havia um só recurso que poderia derrotá-los, esse era, também, o petróleo”.

Conhecedores dos potenciais militares e econômicos do petróleo, os EUA estavam dispostos a usar a força militar para manter sua posição de potência perante as outras nações.

[...] desde o fim da II Guerra Mundial e, em especial, desde o anúncio, em 1980, pelo presidente Jimmy Carter, de que os EUA consideram o petróleo do Golfo Pérsico como um “interesse vital”, a ser defendido “por todos os meios, inclusive a força militar (FUSER, 2006, p. 23).

Diante das sucessivas baixas do preço do petróleo que atendiam os interesses dos países ocidentais liderados pelos EUA, em setembro de 1960 os maiores exportadores mundiais de petróleo fundam a OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – com a finalidade precípua de enfrentar as companhias internacionais de petróleo – as sete irmãs exerciam influência poderosa nesse contexto – contra os baixos preços praticados por elas. Essa organização teve como países membros formadores a Venezuela, Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Irã que eram responsáveis por 80% das exportações de óleo bruto. Inicialmente a OPEP não conseguiu lograr êxito nos seus objetivos. Somente a partir dos anos 70 que ela consegue superar suas diferenças entre os membros e começa a fazer valer suas exigências. As disputas pelo preço do hidrocarboneto levaram, em 1973, à primeira crise do petróleo, com aumento de até 470% em seu valor comercial em apenas um ano. Porém, 6 anos mais tarde, outra crise se instala em torno do petróleo. A partir desse momento – crises e o

controle de mais de 40% da produção mundial – a OPEP torna-se um jogador com quem se tinha de falar e negociar (YERGIN, 1993; PINHO, 2010).

Em meio a essas crises nos anos 70, e após a revolução Islâmica iraniana, Jimmy Carter abriu o último ano de mandato na presidência dos EUA, anunciando em Janeiro de 1980 uma série de princípios os quais viriam a ser conhecidos como “Doutrina Carter” e que mudariam a política americana de segurança em relação ao Golfo Pérsico. Citando o discurso de Carter, Yergin (1993 p. 737) descreve que:

Qualquer tentativa de assumir o controle da região do Golfo Pérsico por parte de forças estrangeiras será considerada como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e como tal será repellido por quaisquer meios que se façam necessários, incluindo forças militares.

Apesar das ameaças iminentes, somente após 11 anos do discurso de Carter com a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, primeira crise pós-Guerra Fria de cunho geopolítico petrolífero “no qual o controle de reservas de petróleo desempenhou um papel central” (FUSER, 2006, p. 26), com início em 1990 que os americanos participaram de um conflito armado no Golfo Pérsico.

O Iraque era um fechado estado totalitário, mas os objetivos de Saddam Hussein pareciam claros: dominar o mundo árabe, ganhar hegemonia sobre o Golfo Pérsico para fazer do Iraque uma potência petrolífera dominante – e finalmente, transformar o Grande Iraque em potência militar global. [...] O colapso do comunismo e a agonia da União Soviética haviam deixado apenas uma única superpotência no mundo – os Estados Unidos. A absorção do Kuwait poderia abrir caminho para o Iraque tornar-se uma nova superpotência (YERGIN, 1993, p. 811).

E isso os estadunidenses não iriam permitir. O então presidente George W. Bush (o “Bush pai”) relembra que: “nossos empregos, nosso modo de vida, nossa própria liberdade e a liberdade dos países amigos, todos sofreriam se o controle das grandes reservas de petróleo do mundo caíssem nas mãos de Saddam Hussein” (YERGIN, 1993 p. 813). A reação do então governo americano não por acaso teve semelhanças extraordinárias com a Doutrina Carter. O inimigo era outro, porém os EUA ainda considerava o controle dos recursos petrolíferos do Golfo Pérsico como uma prioridade estratégica. “Os EUA permanecem comprometidos em defender seus interesses vitais na região, se for necessário e apropriado por meio do uso da força” (FUSER, 2006, p. 29).

Submetido a bombardeios pesados e um avanço rápido das tropas terrestres da aliança, o Iraque no início de 1991, anunciava a devolução do Kuwait. Mesmo com a derrota do Iraque, os verdadeiros desafios aos “interesses vitais” dos EUA no Golfo do Pérsico ainda não tinham sido resolvidos. Ainda em seu governo, Bush (pai) comenta e salienta em relatório

intitulado *Uma estratégia de Segurança Nacional para os Estados Unidos* a “*poderosa continuidade*” das estratégias adotadas para a região.

A adoção da Doutrina Carter tem sido adotada e reafirmada ao longo dos sucessivos governos dos EUA como forma de garantir acesso a energia tão necessária para manter o padrão de vida dos americanos, sendo que não seriam poupados esforços na busca dessa energia em outros lugares do mundo já que o prognóstico da capacidade americana em gerar sua própria energia não era dos mais favoráveis conforme demonstrado por Fuser (2006, p. 33) ao citar o parecer conhecido como “Relatório Cheney” de maio de 2001:

Nossa prosperidade e modo de vida são sustentados pelo uso de energia. [...] Nos próximos vinte anos o consumo de petróleo dos EUA vai crescer 33%, o consumo de gás natural mais de 50% e a demanda por eletricidade crescerá 45%. [...] Se as tendências atuais forem mantidas os EUA estarão importando dois terços do seu petróleo em vinte anos. [...] A segurança energética nacional depende de suprimentos de energia suficientes para dar suporte ao crescimento econômico norte-americano e global.

A preocupação americana com sua capacidade ou incapacidade de produzir petróleo suficiente para o abastecimento interno não é recente. Já em 1990, o então secretário de defesa Dick Cheney declarou: “quem quer que seja que controle o fluxo de petróleo do Golfo Pérsico adquire o poder de estrangular tanto a nossa economia como a de todas as demais nações” (PORTO, 2006, p. 31).

Em outras palavras, a solução seria o acesso e controle, pelos americanos, da principal fonte de energia atualmente, qual seja, o petróleo. E nesse cenário o Iraque ocupava posição de destaque já que era dono da segunda maior reserva de petróleo do mundo.

Desde 1991, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, os EUA tinham como objetivo a queda de Saddam Hussein do poder do Iraque. Usava como uma das estratégias sanções econômicas impostas que já não estavam surtindo os efeitos esperados. Essa conclusão pôde ser depreendida por Fuser (2006, p. 32) do relatório feito por James Baker e outros especialistas intitulado *Política Estratégica de Energia – Desafios para o século XXI*, apresentado em 21 de abril de 2001:

As sanções econômicas ao Iraque, [...] são avaliadas como prejudiciais aos interesses dos EUA. Por um lado são apontadas como ineficazes, na medida em que o regime de Saddam Hussein se mostrava capaz de contornar as restrições por meio de contrabando, obtendo assim uma receita extra que o permitiria intimidar os países vizinhos e adquirir ou desenvolver “armas de destruição em massa”. Por outro lado, o documento identifica como um problema as restrições ao ingresso do petróleo iraquiano no mercado internacional e à exploração das imensas reservas existentes naquele país, no contexto de uma oferta de combustível cada vez mais escassa. [...] Propõem uma imediata revisão política (dos EUA) em relação ao Iraque [...] e enfatizam que as metas devem ser “afirmadas de uma maneira clara e

consistente e defendidas de modo a ressuscitar a credibilidade norte-americana nessa questão.

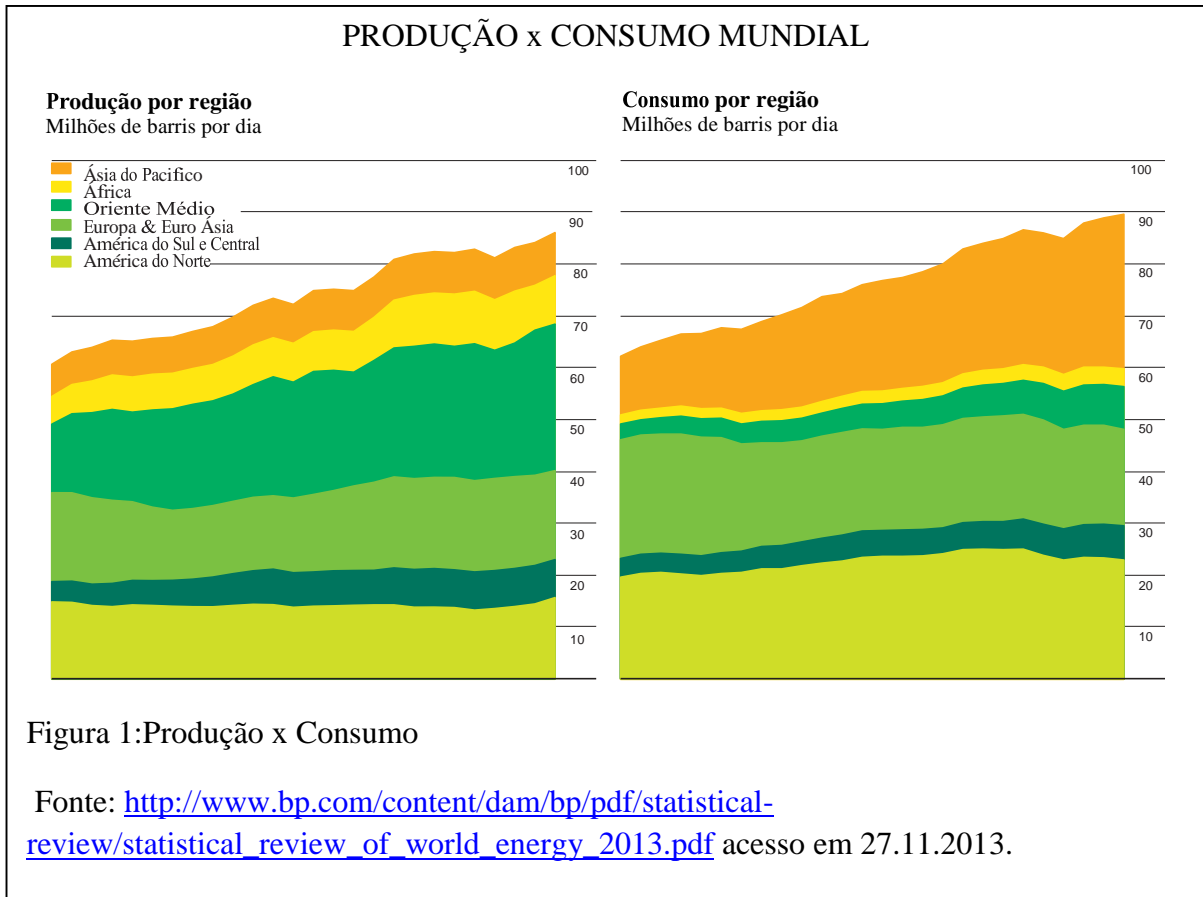
A invasão dos EUA contra o Iraque ocorreu em 19 de março de 2003. Os objetivos alegados pelos EUA para a invasão do Iraque eram o de acabar com as armas de destruição em massa, e acabar com a ditadura de Saddam Hussein, considerado um dos ditadores mais violentos do Oriente Médio. Passados 10 anos da insurgência americana contra o Iraque “nenhuma evidência foi encontrada capaz de dar fundamento às alegações de que o regime iraquiano teria ligações com a Al Qaeda ou alguma outra organização terrorista internacional, ou ainda, que mantivesse em seu poder ou estivesse desenvolvendo armas proibidas” (FUSER, 2006, p. 35).

Com alegação de promover uma “guerra contra o terror” o Iraque foi invadido durante o governo de George Bush (o filho), um ano e meio após os ataques de 11 de setembro, que contou com o apoio popular e da mídia, pois os americanos ainda estavam abalados e com medo de novos ataques terroristas. Contudo, nos bastidores da operação, havia era um interesse real de Washington em controlar o petróleo iraquiano substituindo um regime hostil aos EUA por outro sob a sua influência e o domínio estratégico do Oriente Médio para manter sua hegemonia de potência militar. Fuser (2006, p. 35) corrobora com essa ideia quando diz que:

A guerra dos EUA contra o Iraque já estava em gestação muito antes dos atentados de 11 de setembro de 2001. As revelações que vieram a público sugerem um esforço deliberado dos governos de Washington e Londres para manipular informações, ocultando dados relevantes ou veiculando versões falsas, a fim de obter apoio político e diplomático à guerra e de influenciar a opinião pública.

Ainda para Fuser (2006, p.36) “deduz-se a existência de uma lógica extremamente clara por trás da invasão do Iraque – uma decisão estratégica que, apesar dos resultados desastrosos que tem demonstrado, nada tem de irracional”.

Em resumo os EUA compreendem a importância estratégica que advém do controle energético das reservas petrolíferas para manter sua posição de superpotência diante da crescente dependência mundial por esse recurso energético cada vez mais escasso e cada vez mais demandado. Para tanto não mediu esforços econômicos e militares e iniciou uma das guerras mais caras – 2,2 trilhões de dólares -, polêmicas e desastrosas de sua história e que durou 9 anos. Por quase dois séculos o “petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização. Vem se constituindo em privilégio e em ônus” (YERGIN, 1993, p. 822).



Da Figura 1, podemos depreender uma relação de desequilíbrio entre quem produz e quem consome o petróleo mundial conforme ideia defendida também por Pinho (2010, p. 6) quando diz que “fica montada a seguinte equação: onde estão as reservas não é onde mais se consome”.

4. A QUESTÃO DO BRASIL.

O consumo de derivados de petróleo no Brasil data do início do século XX, com a utilização de óleo combustível, em substituição ao carvão mineral na indústria, e de querosene, na iluminação (LEITE, 2007). A busca pelo hidrocarboneto registra da década de 1860 onde o Governo Imperial concedeu autorização ao empreendedor Thomas Sargent para pesquisar petróleo na então Província da Bahia, mesma época em que a indústria do petróleo dava os primeiros passos nos EUA com a descoberta no estado da Pensilvânia, e em várias outras partes do mundo. Porém a primeira acumulação de petróleo brasileira foi descoberta somente em janeiro de 1939, na região de Lobato no recôncavo baiano (MORAIS, 2013).

Os anos que se seguiram foram marcados por debates para a formulação de uma política nacional para o petróleo conhecida como a “Campanha do Petróleo” com lema principal de “O Petróleo é Nosso” defendido por aqueles que propunham o monopólio estatal no setor. De outro lado, estavam os que defendiam a associação a empresas estrangeiras. Ganhou os que defendiam a exploração exclusiva pelo Estado, tendo como resultado a criação, através da Lei 2004/53, sancionada em 3 de outubro de 1953 pelo presidente Getúlio Vargas, da Petrobras² que nasceu com o objetivo de executar o monopólio das atividades do setor petrolífero brasileiro. Getúlio Vargas em seu discurso ao sancionar a Lei disse: “é, portanto, com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto de lei aprovado pelo poder legislativo, que constitui novo marco da nossa independência econômica”.

E mesmo após 60 anos, a Petrobras continua sendo motivo de satisfação e orgulho para o povo brasileiro. Como resultado desse período de experiência em “explorações, descobertas e inovações tecnológicas nas bacias sedimentares marítimas brasileiras, a PETROBRAS ocupa o primeiro lugar na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas³, com 22% do total mundial, e a posição de empresa operadora do maior número de plataformas de produção àquelas profundidades” (MORAIS, 2013, p. 19).

Após a crise no preço do petróleo ocorrida na década de 1970, fato já relatado na parte histórica do petróleo neste trabalho, o país adotou duas estratégias importantes: a de buscar uma fonte alternativa para o uso da gasolina e prospecção de petróleo *offshore*, ou seja,

² Quando da criação o nome Petrobras originalmente tinha acento agudo, porém em 1994 a logomarca foi modificada e a palavra Petrobrás perdeu o acento apesar de contrariar as regras ortográficas do português, a alteração foi justificada pela internacionalização da empresa. Portanto é a grafia utilizada neste trabalho independente do seu momento histórico.

³ Nas atividades de exploração e produção de petróleo, as medidas de profundidade no mar, isto é, a distância vertical entre a superfície do mar e o solo marinho (ou lâmina d’água - LDA), são definidas em três níveis: águas rasas – até 300 metros; águas profundas – entre 300 a 1.500 metros; e águas ultraprofundas – igual/acima de 1.500 metros (MORAIS, 2013).

prospectar óleo no mar. A estratégia deu certo, pois “passados 40 anos do primeiro choque, o êxito do etanol e, agora, o pré-sal são evidências de que ambas as estratégias foram bem sucedidas” (TOLMASQUIM e PINTO, 2011, p. VII).

A evolução do Brasil em relação ao petróleo está intimamente ligada a excelência da Petrobras na exploração e produção *offshore*. Até meados do século passado o país ainda continuava não tendo muito destaque no cenário mundial petrolífero, até as descobertas da província petrolífera conhecida como pré-sal, que colocou os olhos da comunidade internacional sobre o país pelo potencial estimado de produção que essas jazidas oferecem.

Os volumes estimados de óleo e gás para o campo pré-sal tornou-se um marco tanto para a indústria nacional quanto para a mundial. Assim, passou a ser uma nova oportunidade histórica para o Brasil conseguir minimizar os efeitos da crise global que aí está, bem como de criar condições de crescimento e melhorias concretas para o povo brasileiro – alterando seu *status quo* – que é efetivamente o “dono” do petróleo. “O pré-sal é a maior oportunidade que já tivemos para o País se tornar uma potência energética, tecnológica e econômica” (BERGAMNN, 2013).

Para o professor de Relações Internacionais da UFRGS, Lucas Kerr de Oliveira (*apud* VIEIRA, 2013): “Petróleo não deixa nenhum país rico automaticamente, mas seu uso planejado tornou alguns países muito prósperos”. Portanto vai depender da gestão do lucro advindo do pré-sal para os problemas sociais serem minorados ou, então, continuar ainda mais o caos e miséria nacionais como ocorreu em alguns países da África e Oriente Médio.

4.1 Mas afinal de contas o que é o Pré-sal?

Desde o segundo semestre de 2007, quando a Petrobras anunciou a descoberta da primeira reserva de petróleo e gás do que viria a ser conhecido como o pré-sal, que o termo ganhou as páginas do noticiário e passou a fazer parte do cotidiano brasileiro. Situado numa área que se estende do litoral do Espírito Santo ao de Santa Catarina, tem aproximadamente 800 km de comprimento e, em algumas áreas, 200 km de largura; segundo estudos a maior parte dos reservatórios deve estar em lâminas de água superiores a 2.000km (CÂMARA FEDERAL, 2009); é apontada como uma das principais descobertas de potencial econômico e estratégico do Brasil.

Para entender melhor a importância dessa descoberta, segundo dados da Petrobras o volume recuperável esperado apenas nos campos de Lula e Sapinhoa, mais os volumes contratados na Cessão Onerosa – que englobam os campos de: Tupi Sul, Florim, Tupi Nordeste, Peroba, Guará, Franco e Iara, sendo o campo de Peroba o definido como o de

reserva – equivalem a todo o volume de petróleo e gás já produzido pela Petrobras, desde sua fundação até 2011.

A formação do pré-sal na costa do Brasil tem início há milhões de anos atrás, conforme explanação em periódico da UFRGS (VIEIRA, 2013) e do Instituto Brasileiro de Petróleo-IBP (IBP. Informativo sobre o Pré-sal, 2012).

Há cerca de 122 milhões de anos África e América do Sul formavam um imenso continente chamado de Gondwana. Em virtude de intensas movimentações no interior da crosta terrestre e das forças de convecção causadas pelo resfriamento do magma derivado de fortes atividades vulcânicas, as placas tectônicas começaram a se afastar causando uma divisão entre os dois atuais continentes. Com o afastamento das placas tectônicas, as águas do oceano começaram a se acumular nas falhas geológicas dando origem a um grande lago que evoluiu para um golfo que evoluiu de um lago, onde se depositaram sedimentos ricos em matéria orgânica no seu fundo, para um golfo alongado com a entrada do mar (predecessor do Atlântico Sul). O Atlântico Sul começou a se formar e com ele o pré-sal. Fendas geradas a partir da divisão dos dois continentes acumulavam água do oceano que, ao passar para o estado de vapor, deixava sobre as rochas camadas de evaporito, popularmente conhecido como sal. Exposta a altas temperaturas e grande pressão, a matéria orgânica que se encontrava abaixo da camada de sal transformou-se em combustível fóssil. Com o passar do tempo, outros sedimentos foram se depositando sobre o evaporito e compondo o relevo submarino brasileiro. As altas temperaturas e a grande pressão desse depósito transformaram a matéria orgânica abaixo do pré-sal em combustível fóssil.

Segundo o doutor em Geociências e professor da UFRGS Michael Holz, (*apud* VIERIA, 2013)

Geólogos afirmavam haver petróleo nessa camada há muito tempo, mas era complicado fazer um estudo. As reservas se encontravam a grandes profundidades, podendo chegar a mais de 7 mil metros, e, na época, poucos países tinham acesso à técnica de prospecção rochosa necessária. Hoje, a Petrobras é uma das poucas companhias que domina esse tipo de tecnologia.

A área do pré-sal tem aproximadamente 120 mil km². Sendo que desse total, 41 mil km² já estão sob o antigo marco regulatório, ou seja, regime de concessão, sendo a Petrobras a operadora da maior parte dos blocos, estando presente em 38.000 km². No entanto, outras empresas, como a ExxonMobil, BG e Anadarko também operam áreas do pré-sal, mas pelo antigo regime. O pré-sal do Brasil tem reservas estimadas em 26 bilhões a 42 bilhões de barris de petróleo. No preço atual, significa que temos 20 trilhões e 400 bilhões de reais, o equivalente a 5 PIBs do Brasil.

Diante da sua grandeza o pré-sal se mostra um grande desafio nacional para explorar suas riquezas de forma a converter em benefícios econômicos, tecnológicos, científicos e, sobretudo, sociais para a sociedade brasileira. Para tanto o governo viu a necessidade de criar

um novo paradigma alterando o marco regulatório para a exploração das novas descobertas. Para Guilherme de Oliveira Estrella (2011, p. 2), diretor de exploração e produção quando da descoberta do pré-sal “a primeira conquista (...) foi a alteração da legislação na exploração e produção do petróleo nas futuras áreas que serão objeto de exploração de petróleo no pré-sal”.

4.2 Mudança do marco regulatório

Após a descoberta do pré-sal, uma das discussões que se seguiu foi sobre qual modelo jurídico e institucional deveria ser adotado no setor de forma a trazer o máximo de benefícios para a sociedade brasileira, pois era unânime a opinião de que o modelo em vigor para o setor – a Lei nº 9.478/97 conhecida como a lei do petróleo que revogou a Lei nº 2004/53 e quebrou o monopólio estatal do petróleo – era considerado altamente lesivo aos interesses da sociedade brasileira. Assim, após 13 anos de experiência da lei substituta, entra em vigor um novo marco regulatório, a Lei nº 12.351/2010.

Sob o enfoque jurídico, cinco são as fases da regulação jurídica do petróleo. A primeira foi a fase da livre iniciativa; a segunda é o controle da exploração pelo Conselho Nacional do Petróleo; a terceira fase se dá pelo monopólio da Petrobras; a quarta fase ocorre após a Emenda Constitucional nº 9/95, com a promulgação da Lei nº 9.478/97 e a criação da ANP; e a quinta fase (...) é a criação de um novo marco regulatório para a área designada como o polígono do pré-sal (PINHO, 2010, p. 17).

Em 2009, foram elaborados quatro Projetos de Lei que tratavam sobre (TOLMASQUIM e PINTO, 2010; CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL, 2009):

1. PL nº 5.938/3009: O regime de partilha de produção;
2. PL nº 5.939/2009: Autoriza o governo a criar uma empresa pública que gerenciará os contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União;
3. PL nº 5.940/2009: Criação do fundo social;
4. PL nº 5.941/2009: A autorização da cessão onerosa do exercício de pesquisa e lavra de jazidas, em áreas não concedidas localizadas na área do pré-sal, dispensada de licitação, à Petrobras.

Em 30 de junho de 2010, a Lei nº 12.276/2010 materializou o PL nº 5.941/09 que autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras a exploração em áreas do pré-sal. Esta medida visou à capitalização da Petrobras de recursos necessários viabilizando a exploração das outras áreas do pré-sal.

Já o PL nº 5.939/2009 converteu-se na Lei nº 12.304/2010 em agosto de 2010, que autorizou o Poder Executivo a criar a empresa pública, Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA). A criação de mais uma empresa estatal na visão do ex-diretor da ANP, David Zylbersztajn, em entrevista ao jornal O GLOBO diz ser desnecessária já que a ANP poderia desempenhar as mesmas funções que a nova empresa executará. Com a PPSA não tenho a menor dúvida que a ANP perde sua autonomia. A ANP teria condições de operar essas concessões no pré-sal como já faz nas outras áreas. Não era necessário se criar uma estatal para isso (OGLOBO, 2013).

O novo marco regulatório de exploração nas jazidas do pré-sal, bem como a criação do Fundo Social, encaminhados inicialmente ao Congresso pelos PLs nº 5.938/2009 e nº 5.940/2009 respectivamente, se fundiram em Lei única nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010. Apesar dos avanços nesse novo cenário, a Lei apresenta muitos pontos polêmicos, pois atende a interesses capitalistas de acúmulo de capital em detrimento das melhorias sociais tão necessárias ao povo brasileiro, ideia defendida por Ildo (2013) ao dizer que:

“Eu estou entre aqueles que acham que embora o marco regulatório tenha apresentado um pequeno avanço em relação as concessões, não é adequado para o Brasil, tem apenas uma brecha que permite conduzir a exploração racional em favor do povo do petróleo porque contém uma cláusula que permite a contratação direta pelo governo da Petrobrás, o que seria a única saída, que na minha opinião, seria válida para maximizar os benefícios para a população brasileira”.

O marco regulatório (BRASIL: Lei nº 12.858/2013) estabelece entre outros os seguintes pontos: a) a Petrobras como operador único do consórcio pré-sal, com participação mínima de 30%. O que significa dizer que nos casos que a partilha ocorrer através de leilão caberá exclusivamente à Petrobras a operação dos blocos adotando as melhores práticas da indústria para melhor aproveitar as riquezas do pré-sal; b) faculta a União nos casos *que visando a preservação do interesse nacional e ao atendimento dos demais objetivos da política energética*, contratar diretamente a Petrobras para exploração do petróleo (art. 12 da Lei 12.351); c) as receitas governamentais virão dos *royalties* e do bônus de assinatura; d) cria o fundo social que terá seus recursos originados do resultado das atividades econômicas de exploração do pré-sal e terá como finalidade constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional; e) destina exclusivamente as receitas dos *royalties* da exploração do petróleo para educação e saúde cada um com 75% e 25% respectivamente.

A criação do Fundo Social justificou-se pela busca em “maximizar os benefícios das receitas oriundas das atividades petrolíferas na área do pré-sal e em áreas estratégicas de forma a evitar que somente a geração atual usufrua dos benefícios da exploração dos recursos

extraídos do pré-sal” (TOLMASQUIM e PINTO, 2011, p. 287). Em cartilha elaborada pelo Ministério de Minas e Energia são elencados os objetivos do FS dos quais destaca-se o de “oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza, educação, desenvolvimento ambiental, cultura e ciência e tecnologia”, ou seja, tudo que os cidadãos brasileiros precisam. Porém em seu Art. 51 a Lei informa que os recursos captados não irão diretamente para as áreas que lhe deram origem.

Art. 51. Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 47 deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

E mais grave ainda,

Art. 50, § único: Os investimentos e aplicações do FS serão destinados **preferencialmente** a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional (grifo nosso).

Ou seja, serão primeiro transformados em papéis ou títulos de governos, preferencialmente os do exterior, e somente os rendimentos desses papéis – quando houver – que serão investidos em benefícios para a população. O problema dessa transação como lembra Fattorelli é que os “ativos que estão em abundância no exterior, são os derivativos podres ou ativos tóxicos”, frutos da crise mundial, que teve início em 2008, que os bancos estão ansiosos para se livrarem. Logo o risco dos recursos investidos nesse fundo não terem retorno nenhum para a comunidade brasileira é muito alto.

Fattorelli ainda lembra que foi a bolha de derivativos sem lastro, ou seja, papéis podres que provocou a crise financeira iniciada em 2008, que foram empurrados para os *bad banks*, bancos podres, que estão a procura de lugares para reciclar esse papel, precisam de um depósito (FATTORELLI, 2012).

4.3 Leilão de Libra

O primeiro leilão sob o regime do novo marco regulatório aconteceu em 21 de outubro do ano corrente, do campo de Libra, contrariando primeiro a promessa de governo da atual Presidente da República quando afirmou em discurso que não leiloaria o pré-sal ([youtube.com/watch?v=U834d9HRME0#t=20](https://www.youtube.com/watch?v=U834d9HRME0#t=20), 2013) e segundo ao clamor social do povo brasileiro ao ver mais uma vez em sua história, sua riqueza se esvaindo em um ato entreguista dos nossos recursos naturais, para atender aos interesses escusos do capital.

Libra, apesar de ainda não ter tido comprovadas suas reservas totais, já se sabe que é um dos campos mais promissores do pré-sal com expectativa de produção recuperável de 10 bilhões de barris, ou seja, 2,3 trilhões de reais⁴ ao longo de aproximadamente 35 anos, nos cenários mais conservadores. No leilão a ANP pediu um bônus de 15 bilhões de reais, que diante do potencial do campo, é muito irrisório. O único consórcio a fazer uma oferta pelo campo de Libra, formado pelas empresas Shell, CNPC, CNOOC, Total e Petrobras, deu lance mínimo da produção que vai para a União no valor de 41,65%.

A principal justificativa do governo para realizar o leilão do campo de Libra foi a suposta falta de aporte financeiro e tecnológico pela Petrobras para explorar sozinha o bloco. Porém como lembra Ildo (2013) “ninguém tem todo o dinheiro para bancar a exploração de Libra. As empresas Shell e Total vão ao mercado financeiro obter os recursos depois da certificação do petróleo existente em Libra”. Essa captação a Petrobras também poderia fazer, caso o interesse não fosse a exploração predatória imediata dos recursos da bacia brasileira para gerar o excedente do qual vive o sistema capitalista financeiro em crise. Ildo complementa dizendo

“Dinheiro é o que não falta no mundo inteiro. Pra quem tem petróleo, certificado em reserva, coisa que nós não fizemos ainda, dinheiro não falta. É o negócio que dá maior lucratividade no mundo. O melhor negócio do mundo é uma boa empresa de petróleo, e o segundo melhor negócio do mundo é uma péssima empresa de petróleo”.

Vale lembrar que a descapitalização da Petrobras ocorreu por uma política governamental no mínimo equivocada de vender gasolina mais barata ao produtor interno do que o valor pago pela Petrobras para adquirir esse bem. “O governo vem causando um prejuízo crônico à Petrobras, reduzindo drasticamente seu caixa, obrigando-a, de forma ilegal, a comprar combustíveis no exterior e vender mais barato para as distribuidoras, suas concorrentes” (SIQUEIRA, 2013).

⁴ Supondo uma taxa de câmbio de 2,3 reais por dólar e um valor de venda por barril de US\$ 100, chegamos a uma taxa de 2,3 trilhões de reais. LIMA, Paulo César Ribeiro. Disponível em <https://groups.google.com/forum/#!topic/brasilemdebate/g8enNCA8Xjk>

A suposta falta de tecnologia é logo desmistificada pelo simples fato de ter sido a Petrobras pioneira na descoberta do campo do pré-sal, onde inclusive a poderosa Shell não havia tido sucesso na busca por petróleo. Ildo (2013) ainda defende que para mudar a sociedade brasileira através dos recursos advindos do petróleo, deveria ser feito primeiro um mapeamento para saber exatamente quanto petróleo existe em Libra. Após a certeza dos valores, ser elaborado um plano nacional de investimento em saúde pública, educação, reforma urbana, reforma agrária, ciência e tecnologia. Com as metas de investimento definidas, se produziria somente o petróleo necessário para financiá-lo.

A ideia defendida por Ildo também é corroborada por Carlos Lessa (2013) ao dizer que:

“Poupar o petróleo é melhor que consumi-lo todo: quando se exporta petróleo, a receita é paga em dólares. Esses dólares são investidos em títulos do tesouro americano que atualmente estão rendendo juros negativos. As reservas dos países, inclusive a do Brasil estão aplicadas em título do tesouro americano. Não seria então melhor ter petróleo do que títulos do tesouro americano?”

Mesmo que 60% do capital da Petrobras não sejam mais do estado após o governo do ex-presidente FHC que abriu o capital da empresa tirando o monopólio estatal, Lessa (2013) defende que “ao leiloar Libra, o Brasil está entregando 100% do petróleo nas mãos dos estrangeiros”. Apesar de ser essa uma posição radical, já que à União caberá parcela mínima de participação na exploração de 41,35% - variando esse valor dependendo do cálculo fato é que os rendimentos poderiam ser muito maiores.

A promessa de campanha tanto de Lula quanto da atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de que não realizariam mais leilões, como tantas outras promessas políticas, não foi cumprida. Mas como defende Sauer (2011) o maior ato entreguista ocorreu na 9ª rodada de licitação da ANP em novembro de 2007 quando o empresário Eike Batista, através de sua empresa petrolífera, recém criada – julho de 2007- OGX arrematou a maior parte dos blocos desse leilão assessorado por 3 ex-Ministros dos governos Lula e FHC além de técnicos da Petrobras que tinham conhecimento estratégicos das recentes descobertas de petróleo em terras tupiniquins. Esse negócio bilionário rendeu a Eike já em 2010 a posição de 8º homem mais rico do mundo segundo a revista Forbes.

Apesar dos investimentos bilionários e da relação bem próxima com políticos influentes, as empresas de Eike começaram a desenhar uma trajetória de perdas e prejuízos sendo o maior deles apurado na petrolífera OGX que passou a amargar perdas desde junho de 2012, quando a produção de petróleo dos campos arrematados foi muito aquém do anunciado

pelo empresário, mas foi em 2013 que a situação tornou-se pior quando o mercado tomou ciência que a OGX não possuía a quantidade de reservas e não estava conseguindo produzir os volumes prometidos, desencadeando uma crise financeira e de confiança nas empresas de Eike, fato que levou o empresário a vender grande parte de seu “império” para saldar dívidas. Graça Foster, atual presidente da Petrobras, afirmou em discurso a FGV que “companhia de petróleo não é para qualquer executivo chegar lá e fazer” (EXAME, 2013). Mesmo assim o governo entregou a Eike blocos de petróleo “generosamente leiloados por Lula e Dilma (...) Foi a maior entrega da história do Brasil. O ato mais entreguista da história brasileira em termos econômicos” (ILDO, 2011, p. 25).

Para não perder seu conglomerado de empresas, Eike Batista, que em apenas 1 ano, entre 2012 e 2013, conseguiu a façanha de despencar da 7ª para a 100ª posição no ranking de pessoas mais ricas do mundo segundo a revista Forbes, está dependendo de favores e ajuda financeira do governo e como tem boas relações com o Planalto e importantes políticos no Congresso Nacional a operação salvamento para ele já está sendo articulada (ÉPOCA, 2013).

Os anos passam, mudam os governos e governantes mas a opção por entregar os recursos naturais brasileiros ao capital privado continua a mesma. Assim como se foram o ouro, as terras, o café, o minério, irão também os recursos petrolíferos. O povo precisa estar atento às manobras governistas e aos apoios políticos a empresários do tipo que Eike representa, pois a conta quem sempre paga é o próprio povo que além de ver seu patrimônio natural esvaindo nas mãos de pseudo empreendedores, ajuda a pagar a conta das falências dessas empresas através do socorro dado pelo governo que injeta milhões de reais através do BNDES que, em última análise, é mantido pelos impostos dos cidadãos.

Em discurso, o então Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que “não estamos privatizando o pré-sal, ao contrário, estamos nos apropriando dessa riqueza imensa que está abaixo do mar e no interior da terra. De nada nos servirá se ela continuar ali deitada em berço esplêndido” (VALOR, 2013). A alegação é que um pequeno percentual ficará com as empresas estrangeiras. Contudo, o colunista Ricardo Setti contra argumenta de forma bem didática “se alguém vendesse o quarto e o banheiro de empregada de seu apartamento para terceiros, a pessoa estaria privatizando o apartamento ou a operação teria outro nome? ”

Por trás do discurso dogmático os governistas escondem os reais motivos que levaram a *privataria* de mais um rico recurso natural brasileiro. É certo que nenhum país leiloa um campo já perfurado, testado e comprovado, a não ser por interesses escusos. Tanta pressa em leiloar as jazidas de petróleo depositadas no litoral brasileiro tem, dentre outras razões, o interesse do governo em alcançar o superávit primário através do aporte de recursos

provenientes do bônus de assinatura⁵ do leilão do pré-sal no valor de R\$15 bilhões que as empresas do consórcio vencedor pagaram ao governo federal, no dia 27 de novembro de 2013, sendo 1,5 bilhões de reais da CNOOC e CNPC respectivamente, 3 bilhões de reais da TOTAL, 6 bilhões de reais da Petrobras e 3 bilhões da Shell.

Superávit primário é definido como “mecanismo utilizado pelo governo para pagar os juros da dívida, que no caso brasileiro, se constitui em acentuado montante de recursos” (LIMA, 2008, p. 31). Dívida pode ser definida como uma “obrigação de determinada entidade com terceiros, gerada pela diferença entre despesas e receitas dessa entidade. Em outras palavras, só há dívida quando há déficit (despesas maiores que receitas), embora muitas vezes ocorra defasagem entre a realização do déficit e a contabilização da dívida” (SILVA e MEDEIROS, 2009, p. 102). Portanto a dívida pública é definida por aquelas dívidas “do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo” (MATTOS, p. 1).

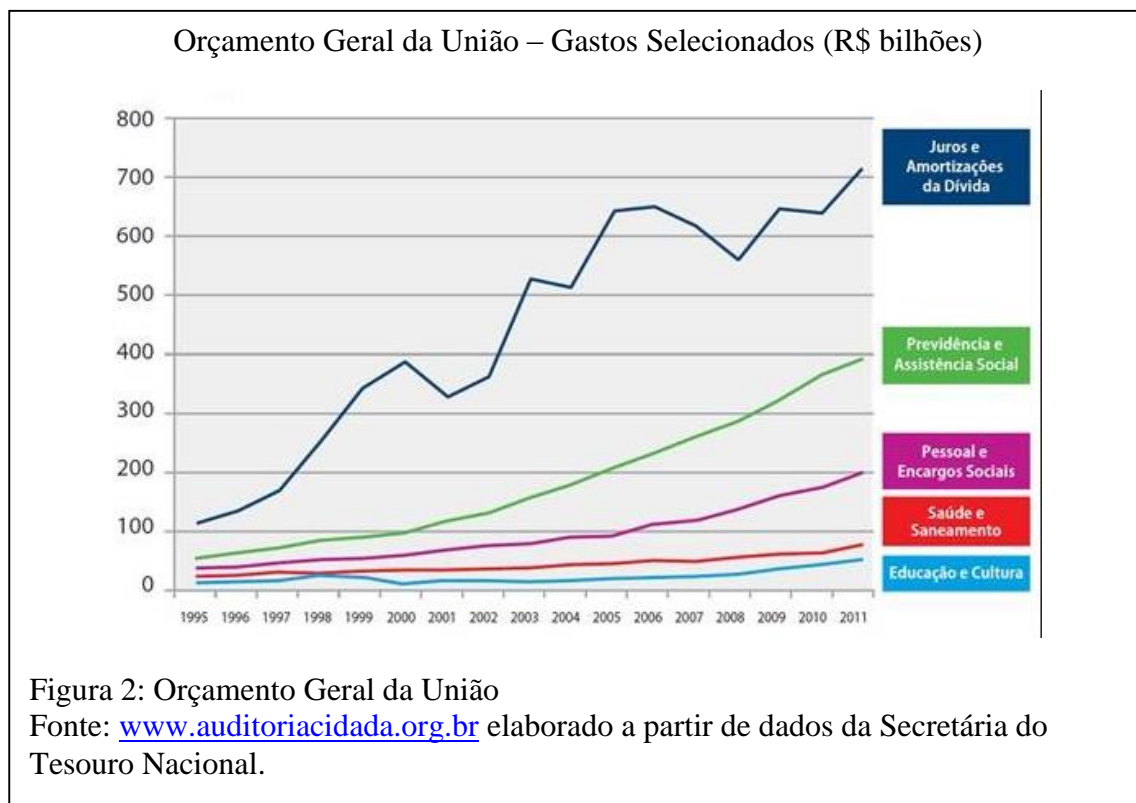
O endividamento público necessário à dinamização do modo de produção capitalista se dá, via compras, pelo Estado capitalista, de não-mercadorias a fim de garantir a eficiência marginal fictícia do capital. (...) O problema é que a dinâmica voltada para o luxo, para o improdutivo, para a destruição, para a guerra se deparou com a imensa dívida que de alavanca potencializadora do processo de acumulação se transformou em seu contrário, ou seja, passou a representar uma nova forma crise, a da dívida pública (LIMA, 2008, p. 28).

Interessante notar que o governo e a sociedade de modo geral não admitem que estejam vivendo uma crise da dívida. Apesar de alguns interlocutores do governo bem como do FMI e Banco Mundial justificarem para as medidas antissociais adotadas, a iminente crise.

Cortes de recursos destinados a áreas sociais, descumprimento de acordos de reajustes de vencimentos para servidores públicos e para os aposentados; privatização da previdência do setor público, privatização de jazidas de petróleo do pré-sal, de aeroportos, de hospitais universitários (FATTORELLI, 2012, p. 1). Esses crimes, que surrupiaram da União e dos Estados patrimônios incalculáveis e avaliáveis, só no imediato, em dezenas de trilhões de reais, e ainda custaram centenas de bilhões de reais, foram “justificados” até por tribunais superiores, apesar das flagrantes ilegalidades, sob a alegação de que a receita dos leilões serviria para reduzir a dívida pública (BENAYON, 2013). (...) o governo se jacta de não termos sentido o peso da crise. No entanto é suficiente olharmos para os setores sociais como saúde, educação, assistência social, etc., para imediatamente identificarmos quem está pagando a crise (LIMA, 2013, p. 16).

⁵ Bônus de assinatura é o valor estabelecido no edital – nesse caso R\$15 bilhões – a ser pago à União pelo contratado no ato da assinatura do contrato de partilha (Cartilha Ministério Minas e Energia, 2011).

Para se ter uma ideia de quantos recursos são alocados todos os anos para o pagamento da dívida, em 2011 foram gastos quase R\$ 2 bilhões por dia com a dívida pública (FATTORELLI, 2012, p. 2).



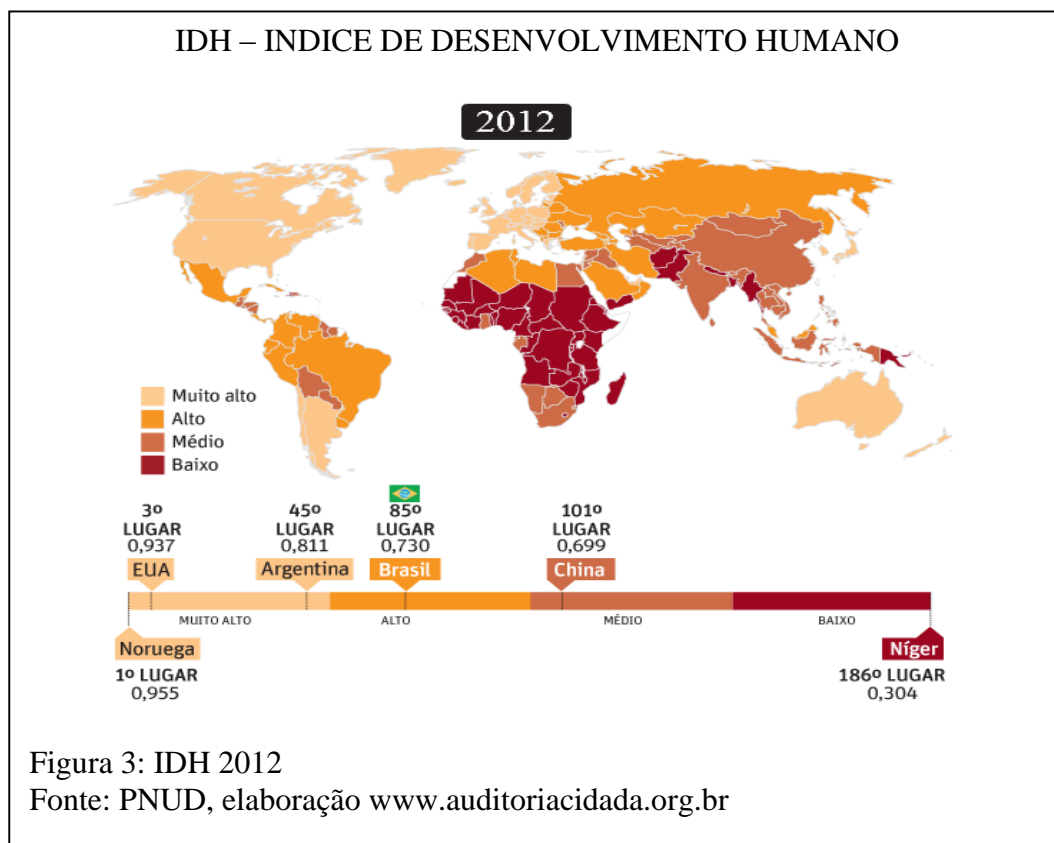
A União destinou mais recursos em todos os períodos analisados para pagamento da dívida do que para educação e saúde. Esse fenômeno é entendido

“À medida que o Estado deixa sua função legitimação a cargo do mercado, fica mais difícil defender os direitos dos trabalhadores. (...) Nesse sentido o Estado, na crise completa do capitalismo, é autocrático e despótico já que não podendo deixar de fazer sua função acumulação, ou seja, garantir a reprodução ampliada do capital em geral retira recursos da educação, saúde, políticas sociais em geral e os canaliza para as necessidades do capital” (LIMA, 2013, p.14).

Nesse sentido, “o pré-sal se destina”, não “a garantir o futuro dos brasileiros, e” sim “a cumprir uma meta meramente contábil de superávit primário, cuja função é mostrar ao sistema financeiro que o governo é “obediente” e coloca seus “compromissos” com “o mercado” acima das necessidades prementes de aumentar os investimentos em saúde, educação e tecnologia” (BERGAMNN, 2013).

O Brasil é um país de paradoxos. Se de um lado, mesmo com anos de espoliação de nossas riquezas, ainda é o 6º país mais rico do mundo, por outro ocupamos a famigerada 3ª

pior distribuição de renda – IDH – ocupando a 84ª posição em injustiças sociais, segundo ranking do PNUD no ano de 2012.



A crise é financeira, mas não somente isso é uma crise “social, alimentar, ambiental, de valores. Essa crise vem exacerbada por um grande poder chamado mercado. Grande poder da mídia, principalmente da grande mídia, comandada por esse poder econômico” (Fattorelli, 2013, p. 3). Nesse sentido,

A inquietude humana chamada trabalho só poderá se organizar e objetivar sob a direção de uma nova bússola: a preservação da vida humana e da natureza, do lazer sustentável, da produção artística, literária, erótica. A rosa amorosa e civilizada existe e está plantada no futuro. Seu aroma, sua cor, sua textura aguardam a sociedade que será digna de colhê-la. Não importa no nome da rosa – socialismo, comunismo, cooperativismo -, o que importa é a rosa (LIMA, apud CAMPOS, 2008).

O Brasil carrega uma dívida social e econômica com seu povo desde muitos anos. E deixa escapar mais uma oportunidade de pagar ou minimizar os danos dessa dívida.

Desde a década de 80 o Brasil vem-se debatendo com uma crise econômica e social sem precedentes na sua história, seja pela sua duração, seja pela sua profundidade. Ela está presente, com sua face cruel, à porta de nossos lares, nas habitações miseráveis das favelas, nas ruas e praças públicas de qualquer cidade, reclamando urgentes e drásticas soluções (DIAS, 1994, p. 31).

Vale lembrar que, conforme já relatado nesse trabalho, a Petrobras é resultado da campanha popular que começou em 1946, com o histórico *slogan* “o petróleo é nosso” e as vozes ainda ecoam até nossos dias com o mesmo vigor.

A opção entreguista dos recursos, sobretudo os naturais, do atraso em investimentos tão urgentes e necessários ao país está além do discurso dialético e dogmas político partidários brasileiro. Como bem defende Francisco de Oliveira (2010, p. 370)

Não se governa o Brasil sem o concurso do atraso não apenas por razões parlamentares, mas porque a estrutura social que sustenta o sistema político é conservadora e não avalizaria avanços programáticos mais radicais. (...) Infelizmente para os defensores do eterno casamento entre o avançado e o atraso, a história brasileira não dá suporte ou evidências do acerto do conservadorismo com enfeite ideológico progressista.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar a indústria do petróleo brasileiro, mais especificamente o pré-sal, sua questão legal, os leilões realizados, e a gestão dos recursos advindos dessa exploração.

Sendo assim, foi apresentado o curso histórico para entender como essa mercadoria se impôs como principal fonte de energia do planeta. Na sociedade moderna dificilmente encontraremos algum produto que não tenha em sua cadeia de produção algum derivado do petróleo.

Por ser de origem natural, não renovável e, portanto, limitado, tem movimentado bilhões de dólares diariamente em uma gigantesca indústria petrolífera ao redor do globo. É um componente fundamental para a manutenção do estilo de vida adotado pelos seres humanos.

Ele vem tornando possível nossa vida cotidiana e, literalmente, nosso pão de cada dia, através dos produtos químicos agrícolas e dos transportes. Ele tem abastecido, ainda, as lutas globais por supremacia política e econômica. Muito sangue tem sido derramado em seu nome. A feroz e, muitas vezes violenta, busca pelo petróleo – e pelas riquezas e poder inerentes a ele – irão continuar com certeza enquanto ele ocupar essa posição central. Pois o nosso é um século no qual cada faceta de nossa civilização vem sendo transformada pela moderna e hipnotizante alquimia do petróleo a nossa continua sendo a era do petróleo (YERGIN, 93, p. 822).

Diante disso, a importância das descobertas do pré-sal demonstram-se mais vultosas considerando que os recursos financeiros esperados poderiam minimizar as mazelas da sociedade brasileira. Tal descoberta poderia ser fonte de inúmeros empregos, melhoria da infraestrutura das cidades, desenvolvimento da indústria e equipamentos para o ramo, em resumo, a riqueza do pré-sal é suficiente para diminuir as desigualdades sociais da população, que é a dona dos recursos naturais.

Porém o governo optou por leiloar esses recursos e desde 2007 parece dar indícios, segundo os especialistas apontados neste trabalho, de que vem entregando a empresas estrangeiras e pseudo empresários de maneira corrupta e criminosa as jazidas de hidrocarbonetos descobertas no fundo do mar pela Petrobras com a justificativa de que apenas uma pequena parte ficará com as empresas e à União caberá a maior fatia. Dessa forma nossos políticos optaram por repartir o bolo que poderia, aliás, deveria ser todo dos cidadãos brasileiros.

Nenhum país do mundo leiloa campo de petróleo já perfurado, testado e comprovado, a não ser por interesses escusos. E como vimos neste trabalho, o real motivo que está por trás da pressa em leiloar o petróleo do pré-sal é para além de atender aos padrinhos

dos atuais políticos, dentre outras razões, é a necessidade do atual governo em cumprir metas impostas pelo capital financeiro em atingir o superávit primário através do aporte do bônus de assinatura dos contratos para exploração do pré-sal.

Em nome de atender os interesses do capital financeiro, nossos governantes estão entregando recurso tão valioso quanto o que se estima ter na camada do pré-sal guardado nas profundezas do mar, sem garantir para as gerações futuras mais riquezas do que deixaria caso o petróleo nunca fosse extraído de lá.

A sociedade luta por investimentos sérios e de longo prazo, para que o Brasil deixe de ser o país apenas do futuro e seja o país do agora. Tirar o petróleo das profundezas do mar coloca a atual gestão em compromisso de deixar para as gerações futuras mais riquezas do que deixaria caso o petróleo de lá nunca fosse extraído. A sociedade brasileira anseia que a “exploração das consequências econômicas, sociais, políticas e estratégicas da nossa dependência mundial do petróleo ilumine o passado, nos habilite a melhor compreender o presente e ajude-nos a antecipar o futuro” (YERGIN, 1993, p. XVI).

Referências:

BENAYON, Adriano. A realidade é outra. *Correio da cidadania*, 2013. Disponível em http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8909:submanchete021013&catid=26:economia&Itemid=58>. Acesso em

BERGAMNN, Raul Tadeu, REQUIÃO, Roberto. *Leilão de Libra: Petróleo por superávit primário “é crime contra o Brasil”*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/leilao-de-libra-alimenta-circulo-vicioso-perverso-petroleo-por-superavit-primario-e-crime-contra-o-brasil.html>>. Acesso em 13.11.2013.

BRASIL, Lei 12.276, de 30 de junho de 2010. Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>. Acesso em 12.11.2013.

_____. Lei 12.304, de 02 de agosto de 2010. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (PPSA) e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12304.htm>. Acesso em 12.11.2013

_____. Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispões sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providencias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>. Acesso em 12.11.2013

CAMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS. *Os desafios do pré-sal*. Brasília: Edições Câmara, 2009.

DIAS, Danilo de Souza, RODRIGUES, Adriano Pires. *Petróleo, livre mercado e demandas sociais*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

ÉPOCA. Pobre Eike Batista. Como o bilionário perdeu parte de sua fortuna – e, com a credibilidade abadada, tenta se reerguer com a ajuda de bancos e empresas estatais. *Revista*

época, 2013. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2013/05/pobre-eike-batista.html>>. Acesso em 15.12.2013.

ESTRELLA, Guilherme de Oliveira. Pré-sal: sua importância e os desafios que se apresentam às Geociências. *Terrae Didatica. Publicação do Instituto de Geociências da Universidade de Estadual de Campinas*. Disponível em <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v7_1/TD_v7_1_%20editorial.html>. Acesso em 20.11.2013.

EXAME. Graça: companhia de petróleo não é para qualquer um. *Revista exame.com*. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/graca-companhia-de-petroleo-nao-e-para-qualquer-um>>. Acesso em 20.12.2013.

FATTORELLI, Maria Lúcia. Crise Global da dívida: vamos assumir essa conta? Brasília, 2012.

_____. O pré-sal nunca foi nosso. *Youtube.com, Verdade oculta política*, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JaKOmQTw3ZY>>. Acesso em 28.11.2013

_____. *Jurisdição Constitucional e o Combate à Corrupção*. XIV seminário internacional ética na gestão, ética, democracia, justiça e mobilização social. Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Brasília, 2013.

FORBES. *The World's Billionaires 2010*. Disponível em <http://www.forbes.com/lists/2010/10/billionaires-2010_Eike-Batista_R3VO.html>. Acesso em 15.12.2013.

FUSER, Igor. *O petróleo e a política dos EUA no Golfo do Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter*. 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política: Belo Horizonte, 2006.

INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2012. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/03/18269-indice-de-desenvolvimento-humano-2012.shtml>> acesso em 23.10.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETROLEO – IBP. *Informativo sobre o Pré-sal*. Disponível em <<http://www.ibp.org.br/main.asp?View={0DC25800-FC65-4C0D-A4F7-891760278FA2}>>. Acesso em 13.10.2013.

JORNAL O GLOBO. Criação de nova estatal para explorar o pré-sal é desnecessária, afirma ex-diretor da ANP. *O GLOBO ECONOMIA*, publicado em 05.08.2013. Disponível em

<<http://oglobo.globo.com/economia/criacao-de-nova-estatal-para-explorar-pre-sal-desnecessaria-afirma-ex-diretor-da-anp-9364106>>. Acesso em 25.11.201.

LEITE, Antônio Dias. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LESSA, Carlos. *Pré-sal brasileiro é ouro em pó*. Instituto humanista unisinos, 2013. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/524817-pre-sal-brasileiro-e-ouro-em-po-entrevista-especial-com-carlos-lessa>>. Acesso em 31.10.2013.

LIMA, Carlos, LEAL, Maria Lúcia Pinto. *O capital-dinheiro de comércio e o mercado do sexo*. Brasília, 2013.

LIMA, Carlos. *Gastos sociais e a crise do capital*. Brasília, 2008.

LIMA, Paulo César Ribeiro. *Disputa pelo lucro do pré-sal e a suspensão da licitação de Libra*. Brasília, 2013. Disponível em <<https://groups.google.com/forum/#!topic/brasilemdebate/g8enNCA8Xjk>>. Acesso em 30.11.2013.

MATTOS, César Costa Alves de. *Conceitos Relevantes em Dívida Pública*. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/caeat/conteudo/Conceitos%20Relevantes.pdf>>. Acesso em 9.12.2013.

SAUER, Ildo. MELHOR E MAIS JUSTO. *Pré-sal: a favor ou contra, as discussões pegam fogo*. Entrevista em 16.09.2013 a Adilson Santos, Cibele Vieira, e Fernando Brito. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OvMEC_QQStE>. Acesso em 29.10.2013.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Cartilha: Pré-sal perguntas e respostas*. Brasília, 2009.

MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: IPEA: Petrobras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PETROBRAS. *Atuação no pré-sal*. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/energia-e-tecnologia/fontes-de-energia/petroleo/presal/>>. Acesso em 03.11.2013.

PINHO, Claudio Araújo. *Pré-sal: história, doutrina e comentários às leis*. Belo Horizonte: Editora Legal, 2010.

PORTO, Mauro F. P. *O crepúsculo do petróleo*. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

SAUER, Ildo. *O ato mais entreguista da história foi o leilão de petróleo para Eike*. Revista Adusp, 2011.

SETTI, Ricardo. Confiram porque o leilão para explorar petróleo do campo de Libra – que o governo considerou um “sucesso” – foi, na verdade, um fracasso retumbante. *Revista Veja on line*, 2013. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/reynaldo-bh-segundo-previsoes-de-guido-mantega-o-leilao-de-libra-foi-um-retumbante-sucesso/>>. Acesso em 29.11.2013

SILVA, Aline Dieguez B. de Meneses, MEDEIROS, Otavio Ladeira de. Dívida pública: a experiência brasileira. Brasil, 2009. Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_4.pdf>. Acesso em

SIQUEIRA, Fernando. Leiloar o maior campo de petróleo do mundo é inaceitável. *Le monde diplomatique Brasil*, 2013. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1510>>. Acesso em 28.10.2013

SZKLO, Alexandre Salem, ULLER, Victor Cohen, BONFÁ, Marcio Henrique P. *Fundamentos do refino de petróleo tecnologia e economia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.

THOMAS, José Eduardo. *Fundamentos da engenharia de petróleo*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno, PINTO, Helder Queiroz Jr. *Marcos regulatórios da Indústria Mundial do Petróleo*. Rio de Janeiro: Synergia: EPE, 2011.

VALOR. Leilão de Libra ocorrerá mesmo com um participante, diz Lobão. *Valor Economico*, 2013. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/3310008/leilao-de-libra-ocorrera-mesmo-com-um-participante-diz-lobao>>. Acesso em 18.11.2013.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Na crise global, as oportunidades do Brasil e a cultura da esperança*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

VIEIRA, Paulo. A exploração do pré-sal e o futuro brasileiro. *JORNAL DA UNIVERSIDADE UFRGS*, ano XII, número 113. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/113/pagina5.htm>>. Acesso em 12.11.2013.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história de ganancia, dinheiro e poder*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

YOUTUBE. Por que o pré-sal é de extremo e urgente interesse de todos. *Youtube.com*, publicado em 10.2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Nm_uUQMzKCY>. Acesso em 13/10/2013.

_____. Discurso Presidente Dilma promessa de não leiloar o pré-sal. *Youtube.com*, publicado em 03.2013. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=U834d9HRME0#t=20>

_____. O petróleo tem que ser nosso – a última fronteira. *Youtube.com*, publicado em 11.2012. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=dWzIRUZ-ymg>>. Acesso em 13/10/2013.

_____. O segredo das sete irmãs: a vergonhosa história do petróleo. *Youtube.com*, publicado em 11.2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jQYK3ttfVaw>>. Acesso em 16/10/2013.

Apêndice A – Cronologia do setor do petróleo: principais acontecimentos:

1859 – O coronel Edwin Drake perfura na Pensilvânia poço pioneiro que deu impulso a indústria do petróleo.

1870 – Jonh D. Rockefeller funda no estado de Ohio, em Clevelend, a empresa Standard Oil Company, que mais tarde se desmembra nas 7 irmãs:

1892 – Primeira descoberta de petróleo no Brasil, em São Paulo, produzindo dois barris de petróleo.

1914 – Início da primeira Guerra Mundial

1919 – Fim da primeira Guerra Mundial

1921 – É instalada a primeira bomba de gasolina no Brasil no Rio de Janeiro.

1929 – Grande depressão financeira.

1930 – Primeira acumulação de petróleo brasileira descoberta na região de Lobato no recôncavo baiano.

1938 – É criado o Conselho Nacional do Petróleo.

1939 – Início da Segunda Guerra Mundial

1942 – Alemanha invade a Rússia em busca do petróleo do Cáucaso.

1945 – Fim da Segunda Guerra Mundial.

1953 – Promulgação da Lei nº 2004 que criou a Petrobras.

1960 – Fundação da OPEP.

1967 – Guerra dos seis dias, entre Egito e Israel.

1974 – Primeira crise do petróleo.

1979 – Segunda crise do petróleo.

1990 – Iraque invade o Kuwait.

1991 – Guerra do golfo.

1995 – Emenda Constitucional que tira o monopólio da União a Petrobras.

1997 – ANP é criada.

2003 – EUA invadem o Iraque.

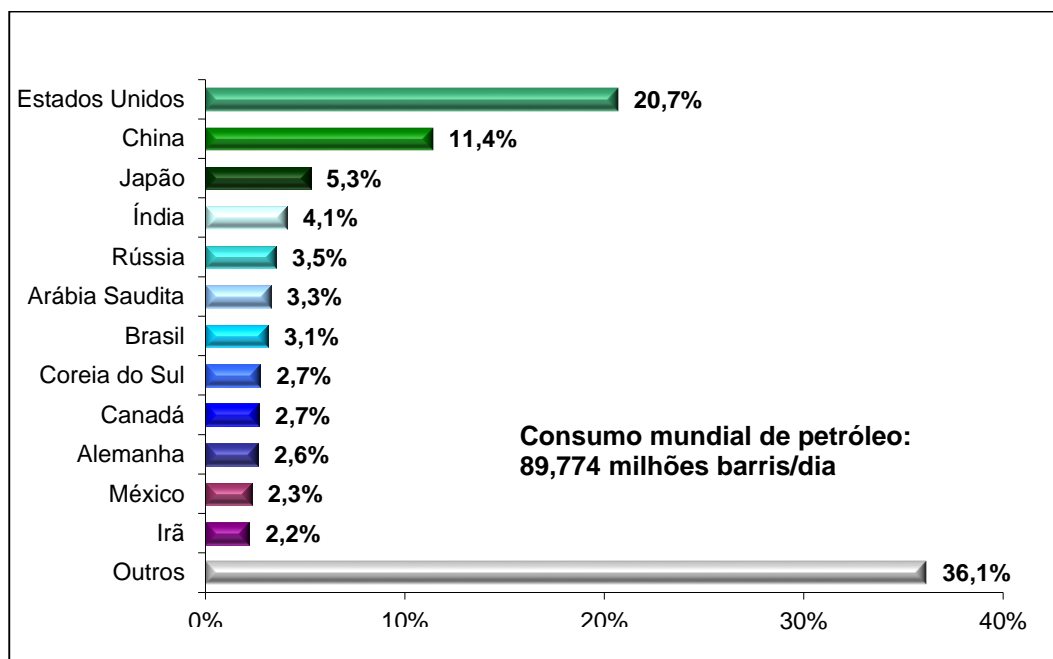
2008 – Início da produção do pré-sal

2009 – Projetos de novo marco regulatório.

2010 – Promulgação das Leis nº 12.276 e 12.304.

Apêndice B – Tabelas Estatísticas sobre o Petróleo.

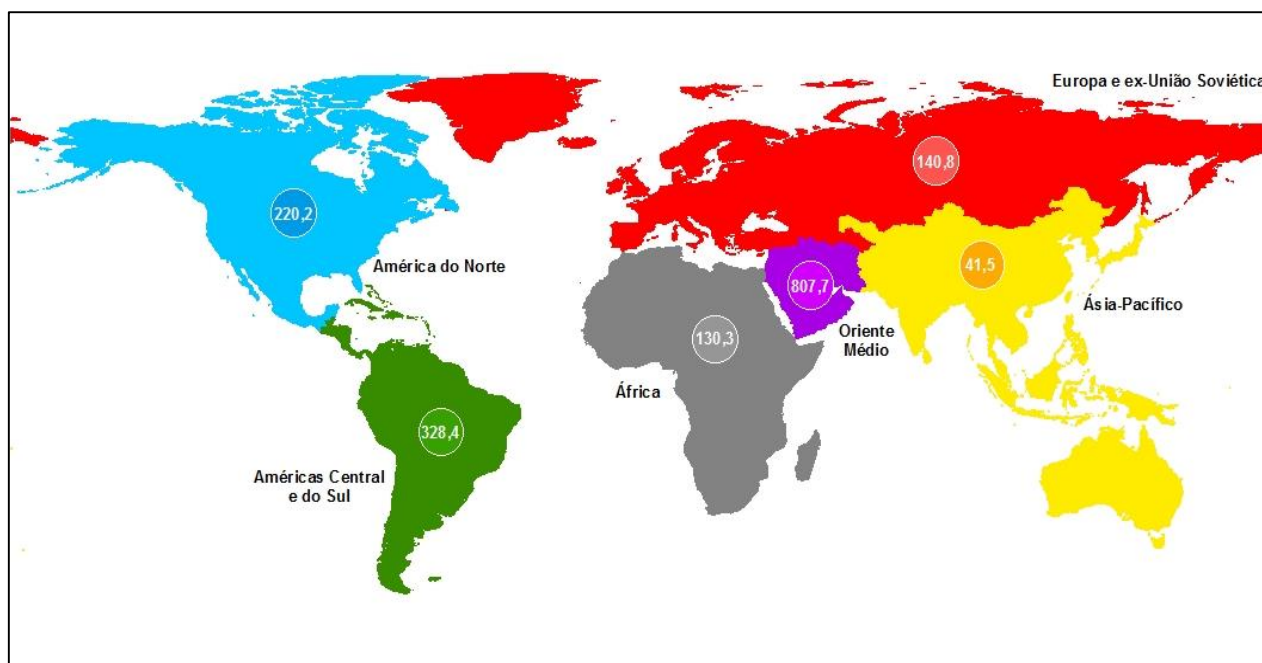
Gráfico 1 – Participação de países selecionados no consumo mundial de petróleo – 2012.



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2013 (tabela 1.3).

Elaborado: ANP anuário 2013.

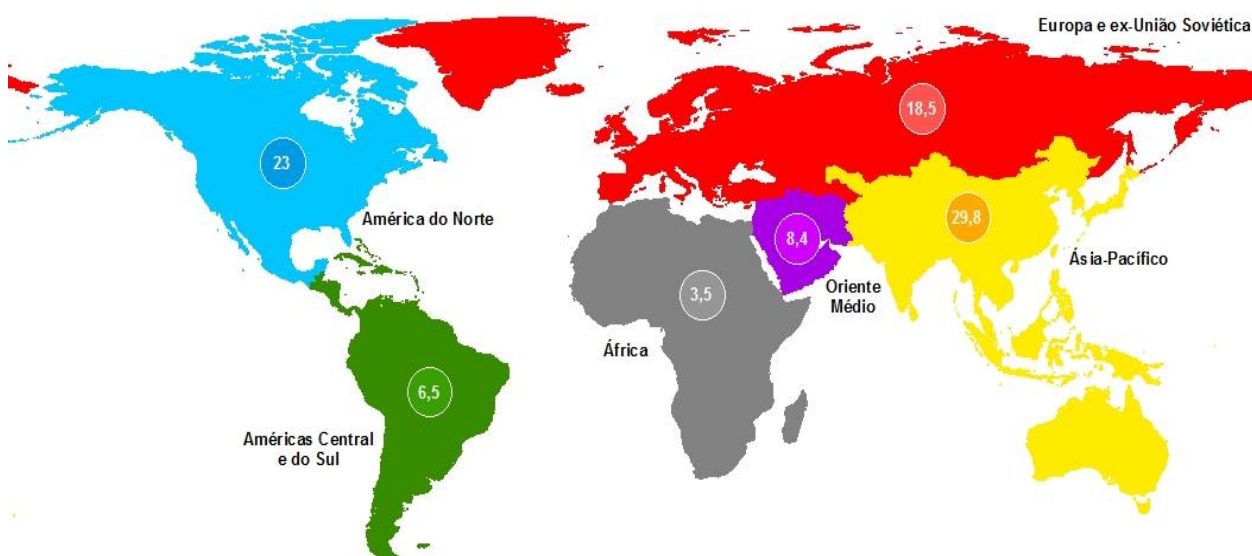
Gráfico 2 – Reservas provadas de petróleo, segundo regiões geográficas (bilhões de barris) – 2012.



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2013

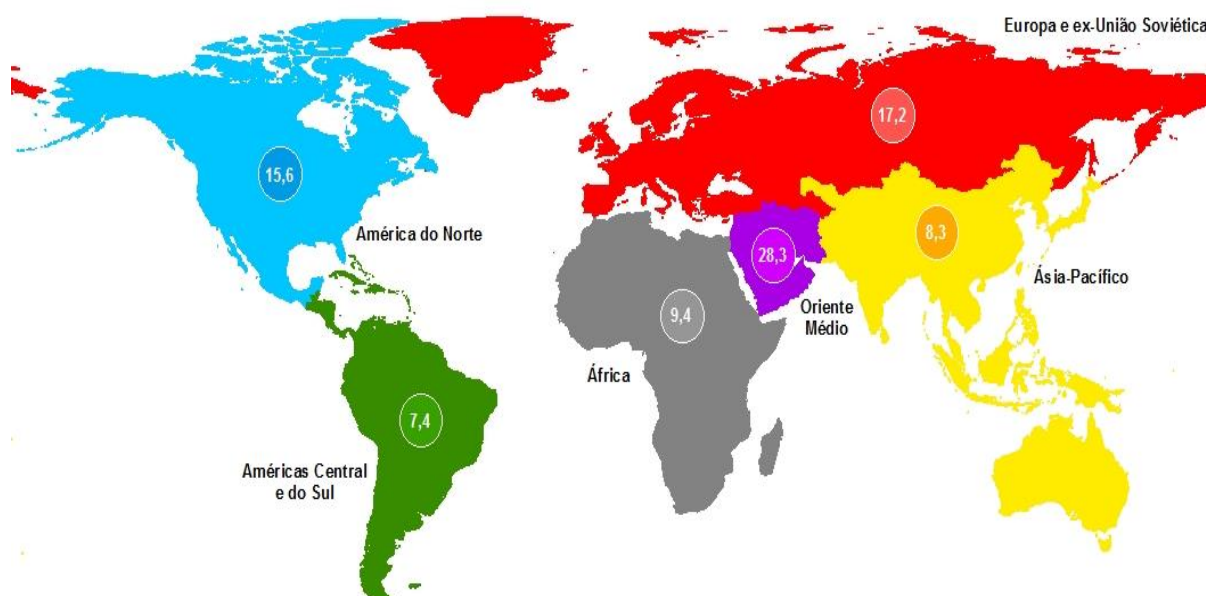
Elaboração: ANP anuário 2013.

Gráfico 3 – Consumo de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões de barris/dia) - 2012



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2013
Elaboração: ANP anuário 2013.

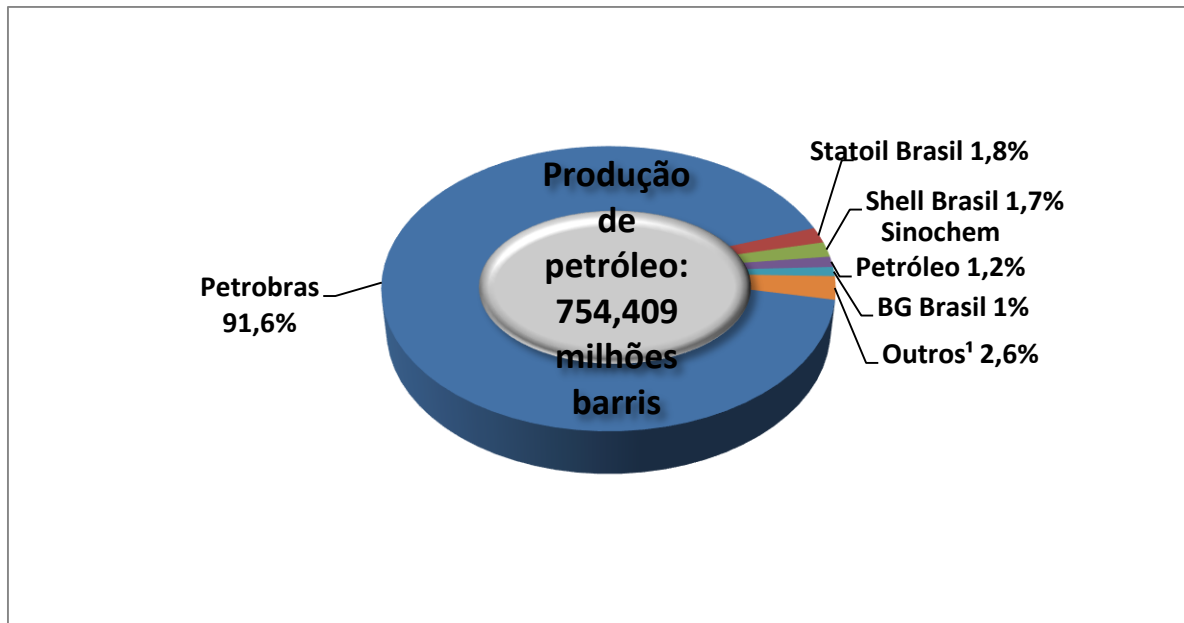
Gráfico 4 – Produção de petróleo, segundo regiões geográficas (milhares de barris/dia) – 2012.



Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2013; ANP/SDP (Tabela 1.2).

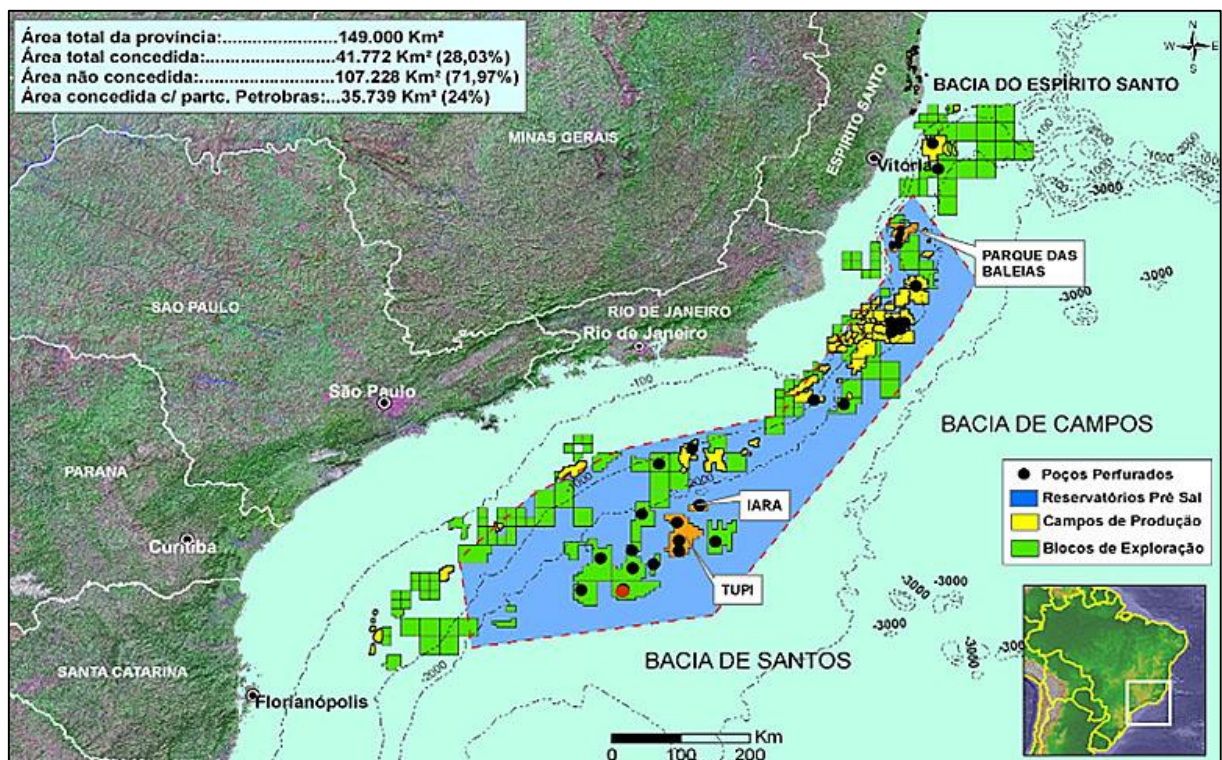
Elaboração: ANP anuário 2013

Gráfico 5 – Produção de petróleo por concessionário no Brasil - 2012



Fonte: ANP anuário 2013.

Gráfico 6 – Província do Pré-sal



Apêndice C – Comparação Sistemas Regulatórios: Concessão e Partilha.

Sistemas Regulatórios Típicos	Concessão	Partilha de Produção
Propriedade do petróleo e do gás natural	Todo petróleo/gás natural produzido é da empresa concessionária	Parte é da empresa e parte é da União
Acesso da empresa ao petróleo e ao gás natural	Boca do poço	Parte é da empresa e parte é da União
Parcela do Governo	Bônus de Assinatura, Royalties, Participação Especial, Pagamento por ocupação e retenção de área	Todo o óleo menos a Parcela da Empresa + Bônus de assinatura
Parcela da Empresa	Receita bruta menos Parcela do Governo	Custo em óleo mais Excedente em óleo e gás da empresa
Propriedade das instalações	Empresa	União
Gerenciamento e controle	Menor controle do governo	Maior controle do governo